

VAMOS COMBATER A POLÍTICA DE DESASTRE

O programa do Governo do PSD-CDS que integra, completa e aprofunda o memorando de entendimento, subscrito pelo anterior Governo do PS, com a UE, FMI e BCE, constitui uma declaração de guerra aos trabalhadores/as e ao povo, um ataque às funções sociais do Estado e aos serviços públicos, a alienação da capacidade de desenvolvimento do país e um atentado à democracia e à soberania nacional.

NÃO AO
ROUBO
NO SUBSÍDIO
DE NATAL

Não é verdade que não existam alternativas para conseguir uma receita extraordinária de 800 milhões de euros. Basta cobrar 1% nos movimentos bolsistas (145 mil milhões de euros em 2010) e o Estado obtém 1.450 milhões de euros.

HAJA CORAGEM PARA IMPLEMENTAR ESTA PROPOSTA!

1%

1.450
MILHÕES
DE EUROS

Contrariando promessas e compromissos assumidos anteriormente, o 1.º Ministro do Governo do PSD-CDS deu o dito por não dito e anunciou a redução em 50% no subsídio de natal acima do SMN (485€).

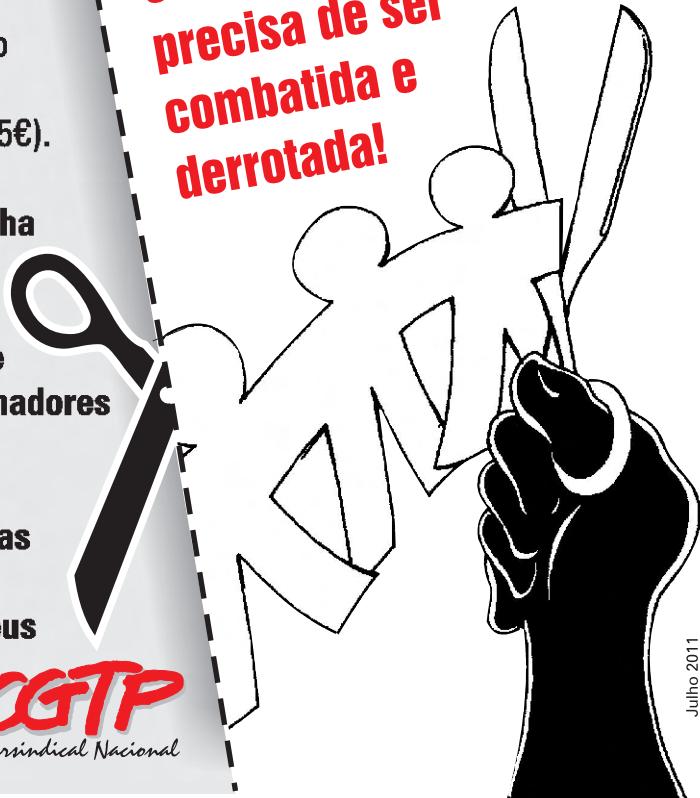
Isto é uma vergonha uma vez que a parte da riqueza criada no país que vai para os trabalhadores é de apenas 34%, enquanto que os grandes accionistas continuam a ver aumentados os seus privilégios e mordomias.

CGTP
Intersindical Nacional

Esta é a política do retrocesso social e cívico, das injustiças, das desigualdades e da pobreza que leva o grande patrónato a reagir com entusiasmo, mas os trabalhadores e a generalidade da população com preocupação e indignação.

Esta é a política da recessão, do desemprego, da precariedade, dos baixos salários e pensões, do aumento brutal do custo de vida, do encerramento de micro e pequenas empresas, mas também dos lucros de 1,6 mil milhões de euros para os 21 maiores grupos económicos e financeiros e da fraude e evasão fiscal, que se cifra nos 30 mil milhões de euros.

Esta é uma política errada e injusta que precisa de ser combatida e derrotada!



É HORA DE RESISTIR E LUTAR

A CGTP-IN não aceita inevitabilidades, rejeita o ataque aos direitos sociais e laborais conquistados arduamente por várias gerações de trabalhadores e recusa a continuação do roubo organizado da agiotagem financeira.

É VERGONHOSO que o Governo queira alterar a legislação laboral para:

- Tornar os despedimentos mais fáceis e mais baratos;
- Introduzir o chamado “contrato único” para eternizar os contratos a prazo, subvertendo o princípio constitucional da proibição do despedimento sem justa causa;
- Deixar de pagar o trabalho suplementar prestado em dias de descanso semanal ou feriados;
- Avançar com o banco de horas (12H/dia) para pôr os trabalhadores a trabalhar mais e a receber menos;
- Atacar os direitos consagrados na contratação colectiva para acentuar a ofensiva contra os salários, os horários de trabalho e as mobilidades funcionais e geográficas de acordo com os interesses patronais;

É INADMISSÍVEL o ataque à Administração Pública e às funções sociais do Estado para, a pretexto da “liberdade de escolha” desresponsabilizar o Estado das suas responsabilidades na saúde e na educação, reduzindo trabalhadores e serviços públicos, favorecendo o negócio da iniciativa privada, e pôr as famílias a pagar mais pelos serviços a que têm direito.

É INACEITÁVEL a ofensiva contra o sistema público da segurança social com a tentativa de :

- Introdução do plafonamento com a privatização de uma parte das contribuições dos trabalhadores e a redução das receitas do sistema público, acompanhada de uma matriz assistencialista e caritativa;
- A redução da “contribuição do patronato para a segurança social”, à custa do aumento do IVA pago por todos nós, enfraquecendo o sistema e abrindo caminho à privatização;

É INADMISSÍVEL a privatização de importantes empresas públicas a preço de saldo, hipotecando receitas futuras, delapidando o património público que é pertença de todos e de relevante importância para o desenvolvimento do país.

HÁ ALTERNATIVAS!

Num quadro em que impera a ofensiva neo-liberal é indispensável prosseguir e intensificar a luta contra a política de direita do PSD/CDS, afirmindo políticas alternativas que assegurem o desenvolvimento económico e social do país, valorizem o trabalho e os trabalhadores e as condições de dignidade de todos quantos vivem e trabalham em Portugal.

É uma política de garantias e direitos e não uma política de caridade e de esmola que pode combater a pobreza e responder aos problemas que um número cada vez maior de cidadãos enfrenta.

Com esperança e confiança vamos lutar e exigir:

- A renegociação da dívida, dos prazos e dos juros;
- O investimento na produção nacional na indústria, agricultura e pescas;
- O aumento do poder de compra dos salários (nomeadamente do SMN para 500€, já!) e das pensões;
- A criação de mais e melhor emprego, contra o desemprego e a precariedade;
- O reforço da protecção e dos apoios sociais;
- A defesa e melhoria das funções sociais do Estado e dos serviços públicos, promovendo políticas de proximidade às populações, com a valorização dos seus trabalhadores e das suas condições de trabalho;
- O combate à fraude, evasão fiscal e economia clandestina;
- A paragem das privatizações e o reforço da presença do Estado nas empresas e sectores estratégicos para o desenvolvimento do país;

**A HORA É DE UNIDADE E CONVERGÊNCIA NA ACÇÃO
POR UM FUTURO MELHOR PARA QUEM TRABALHA!
JUNTOS VAMOS CONSEGUIR!**